Jornal Corrente Sindical LPS
Informativo Intercategorias
Junho de 2024

CRESCIMENTO DO PIB, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E LUTA DOS TRABALHADORES

Dados divulgados no último dia 4 de junho pelo Instituto Brasileiro Geografia e Estatística, evidenciaram que o PIB Brasileiro aumentou em 0,8% no primeiro trimestre deste ano. De acordo com análise da empresa XP investimentos (importante ressaltar que possui notórias ligações com o mercado financeiro), este crescimento se deve, sobretudo pelo consumo das famílias e pelo setor de serviços. Os números positivos neste setor podem ser atribuídos ao aumento do emprego, queda inflacionária e retomada dos programas sociais e do acesso ao crédito. Com este crescimento, o Brasil ultrapassou a Itália e se consolidou como a 8ª maior economia do mundo, de acordo com a agência Austin Ratings. A mesma empresa evidenciou que, dentre 53 países em análise, o Brasil teve o 17º maior crescimento.

Os dados são animadores, sobretudo se comparados ao que vinha ocorrendo no Brasil desde o golpe jurídico-parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016 e acentuado pelo governo de Jair Bolsonaro. No ensejo destes governos que destruíram o país, a inflação foi galopante, os salários foram achatados e a população perdeu seu poder de compra. O Brasil, de exemplo mundial de combate pela erradicação da miséria, voltou ao Mapa da Fome no último ano do governo Bolsonaro.

Retomado a tendência de crescimento, o próximo passo do governo Lula deve passar, necessariamente, pela distribuição de renda. Um relatório da agência Oxfam, que discute a relação das desigualdades e o poder corporativo global, divulgado em janeiro deste ano, mostram que 63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população. Se os dados de crescimento econômico não forem acompanhados por uma necessária distribuição de renda, significa que os bons números obtidos neste primeiro trimestre ficarão nas mãos das mesmas pessoas que são algozes dos trabalhadores.

Distribuir renda passa também por fortalecer a prestação dos serviços mais básicos à população. Investir em empresas públicas que prestam serviços, como o SUS e os Correios, por exemplo, é essencial. Atender a demandas básicas, como o acesso a educação de qualidade, também é parte desse caminho.

Assim, é importante ao governo Lula que, para além de mostrar seu crescimento econômico nos veículos midiáticos, que use este crescimento para melhorar ainda mais a condição de vida da parcela mais pobre da população, parcela essa que, inclusive é a maior apoiadora dos governos de frente popular, como o de Lula. Que o governo use o crescimento econômico para atender os anseios das categorias de servidores públicos no intuito de melhorar o atendimento a população geral, além de investir na dinâmica da criação de emprego e acesso ao consumo, que melhorará, de fato, a vida de quem precisa.

TARCÍSIO ATACA SERVIÇOS PÚBLICOS

A entrada da Google no Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), durante a gestão do governador Tarcisio de Freitas (Republicanos), é vista pelos trabalhadores da categoria com muita preocupação.

O sindicato da categoria, SINTPq, denuncia que a parceria da Google com o IPT, que enfrenta um sucateamento sistemático (o último concurso foi em 2011), representa um ato de submissão aos interesses do capital estrangeiro e das grandes empresas de tecnologia. A promessa da Google de trazer soluções inovadoras é vista com desconfiança pelos trabalhadores, cientes de que investimentos em Ciência e Tecnologia são prioritariamente financiados pelo Estado.

A gestão Tarcisio tem adotado medidas que colocam em risco a existência e a relevância do IPT e de outros institutos da administração direta e indireta, com a publicação do decreto 68.538/2024, que institui o "Plano São Paulo na Direção Certa", apresentado como uma iniciativa para modernizar a administração pública e otimizar os gastos. A medida é alvo de duras críticas por parte da oposição, que a considera uma "nova farsa de reforma administrativa" que ataca frontalmente o serviço público.

Um dos principais pontos negativos do decreto é a determinação para que a Casa Civil apresente, em apenas 60 dias, um anteprojeto de lei com propostas para a extinção e reestruturação de órgãos e agências do estado. A Fundação Padre Anchieta, responsável pela TV Cultura, a Fundação para o Remédio Popular (Furp) e a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Casa) estão na alça de mira do governador. Trata-se de um ataque contra os servidores e os serviços públicos destinados à população.

Outro aspecto preocupante da abertura para parcerias com a iniciativa privada é a possibilidade de vermos se repetirem exemplos tais como a concessão das Linhas 8 e 9 da CPTM, com a Via Mobilidade, que piorou a qualidade do serviço prestado. Sem a regulação adequada, a medida pode levar à precarização do serviço público.

O decreto também determina a revisão de contratos e a redução de despesas correntes, incluindo as relacionadas a pessoal, o que colocará em risco a estrutura salarial, já defasada, levando a mais precarização do serviço público.

Outro ponto criticado é a inclusão, no decreto, de medidas para a "expansão de investimentos" e a "melhoria do ambiente de negócios", o que explicita a verdadeira prioridade do governo: expandir investimentos do setor privado, pois sua própria LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) prevê a redução dos investimentos em 2025.

Com o decreto 68.538/2024, Tarcísio abre caminho para a precarização do serviço público, a extinção de órgãos e agências, a redução de investimentos e a entrega de serviços públicos à iniciativa privada, em detrimento do interesse da população, como ocorreu com a privatização da SABESP, recentemente aprovada, que beneficia apenas um grupo de empresários alinhados à pauta do governador.

36º CONREP DÁ INÍCIO À CAMPANHA SALARIAL DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS

O 36º Conselho de Representantes dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos (CONREP), que ocorreu em Brasília-DF, entre 22 a 24 de maio de 2024, contou com a participação de cerca de 200 pessoas e teve como objetivo consolidar a Pauta Nacional de Reivindicações para a campanha salarial deste ano, organizar as deliberações da categoria e definir o calendário de lutas. As negociações com a Empresa devem começar em breve, com a apresentação de uma proposta até 2 de agosto.

Antecedendo o CONREP, ocorreu o 24º Encontro Nacional de Mulheres da Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores/as dos Correios), um fortalecedor da participação feminina nas discussões e nas lutas sociais e políticas da categoria.

Durante a cerimônia de abertura do CONREP, o secretário-geral da FENTECT, Emerson Marinho, destacou as conquistas da categoria no ano passadp, incluindo o retorno de mais de 40 cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que haviam sido retiradas pelo governo Bolsonaro.

A análise de conjuntura incluiu a participação de todas as correntes políticas que compõem a Federação. Foram discutidos os desafios do movimento sindical, a situação política do País e as perspectivas para a gestão do governo Lula. Enfatizou-se a necessidade de uma plataforma de tributação dos mais ricos, incluindo a taxação de dividendos, grandes heranças e uma tabela progressiva do imposto de renda. O supervisor técnico do Dieese do Distrito Federal, Max Leno de Almeida, palestrou sobre a conjuntura econômica, inflação e salário, enfatizando a necessidade de reajuste salarial para compensar perdas. Uma pesquisa do Dieese indica que o salário-mínimo de janeiro deveria ser de R$ 6.723,41, considerando despesas básicas de uma família com quatro pessoas. Os Representantes no CONREP deliberaram pelo percentual do INPC de julho, mais 10% de aumento real e um aumento linear de R$ 350,00.

A pauta base para as negociações foi deliberada no último dia 24 de maio pelo Plenário, que agendou assembleias nacionais para 13 de junho, visando eleger representantes para o Comando Nacional de Negociação da FENTECT. Adendos à Pauta de Reivindicações deverão ser enviados à FENTECT até 15 de junho.

Ao fim do encontro, foram aprovadas a pauta de reivindicações para a campanha salarial de 2024, uma moção contra o genocídio na Palestina e um manifesto em apoio aos trabalhadores dos Correios da Argentina

É preciso que a CUT busque fortalecer a luta pela valorização real do salário-mínimo, visando um aumento efetivo no poder de compra dos trabalhadores. A luta contra a privatização dos Correios e o fortalecimento do espírito associativo da categoria, temas centrais do CONREP deste ano, dependem da organização e das ações sindicais, especialmente no momento atual, um contexto de conflito de classes, remodelação internacional da economia e automação do mercado de trabalho. A união dos movimentos social e sindical é crucial para enfrentar esses desafios e avançar na defesa dos direitos dos trabalhadores.

RATO JR. PRIVATIZA A EDUCAÇÃO NO PARANÁ

No último dia 03 de junho, o governador Ratinho Jr (PSD), do Paraná, fez aprovar na Assembleia Legislativa – Alep, seu projeto de privatização da Educação Estadual. Com 39 votos a favor e 13 contra, Ratinho mostra que tem base para votar seus projetos de destruição dos serviços públicos contra a vontade popular. A votação se deu sob protesto de milhares de educadores que, em greve, conseguiram ocupar a Alep e foram reprimidos por violência policial. De maneira covarde, para garantir a votação, a base governista realizou a sessão de forma remota.

O Projeto de Lei 345/2024, aprovado, institui o programa Parceiro da Escola, que autoriza a privatização de praticamente todas as escolas regulares da rede estadual. E não são somente 200 escolas, como anunciado. De acordo com o Artigo 3º da proposta, o programa "poderá ser instituído em todas as instituições da rede estadual de ensino de educação básica, exceto nas instituições de ilhas, de aldeias indígenas e comunidades quilombolas, da Polícia Militar, das unidades prisionais, que funcionem em prédios que não pertencem ao governo mas que participem do Programa Cívico-Militar". Ou seja, só não estão incluídas aquelas escolas em que o acesso para as empresas privadas seja oneroso, ou que já estão nas mãos dos setores militares reacionários.

O Sindicato dos Profissionais da Educação do Paraná, APP-Sindicato, denuncia que o programa prevê ingerência das empresas não só na parte administrativa, como diz o governo, mas também na parte pedagógica, além de acabar com a eleição para diretores e ainda submeter os servidores do Estado às ordens dos empresários. Para a APP-Sindicato, essa ingerência pode provocar fraudes nos indicadores das escolas e dos estudantes, já que o governo promete aumentar a transferência de dinheiro da educação para as empresas que atingirem determinadas metas.

A eliminação do processo democrático e do direito de participação da comunidade na escolha de diretores das escolas, uma conquista das lutas dos educadores do Paraná, levará ao maior controle dos governantes de ocasião na gestão das escolas pois diretores(as) passarão a ser indicados(as) diretamente pelo governador e pelo secretário da Educação, podendo ser removidos(as) do cargo a qualquer momento.

A reforma empresarial da Educação, que joga verbas públicas nos cofres de grupos empresariais, significa precarização do trabalho docente e redução da qualidade de ensino. Vale lembrar que este projeto neoliberal de privatização da Educação Pública no Brasil tem sido levado adiante há décadas por meio de parcerias e ingerências do setor privado nas medidas que sustentam a Educação Pública, como foi o caso da Instituição do Novo Ensino Médio pelo governo golpista de Michel Temer. No entanto, governos autoritários como os de Ratinho JR (PSD), no PR, Tarcísio de Freitas (Republicanos) em SP e Romeu Zema (Novo) em MG, estão acelerando esse projeto, à revelia dos interesses da população que precisa de serviços públicos de qualidade. É preciso organizar e intensificar a luta contra a destruição da Educação Pública, gratuita e de qualidade para todos.

Jornal Corrente Sindical LPS
Informativo Intercategorias - Junho de 2024

EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE BELO HORIZONTE

Até os anos 2000, os trabalhadores da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) tinham sua caixa de beneficência, a Beneficência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - Beprem, com dois descontos no contracheque: um garantia atendimento médico, assistência farmacêutica, odontológica e lazer, e o outro, chamado de Beprem jóia, era para a previdência. A Beprem tinha vários imóveis valiosos, inclusive o Clube dos Servidores, em Lagoa Santa, e o Hospital Odilon Behrens. Assim, é importante salientar que nunca foi a prefeitura que constituiu o patrimônio da previdência do servidor, e, sim, o dinheiro descontado dos contribuintes.

Como consequência da aprovação do Projeto de Lei 1422/2011, que extinguiu a Beprem, em 2018, foi aprovada a Lei 11.104/2018, que autorizou a transferência dos bens móveis e imóveis para o Fundo Previdenciário Municipal. Com isso, 80 imóveis pertencentes ao fundo de previdência dos servidores foram repassados para a prefeitura sem a devida compensação financeira.

Até o ano de 2020, o trabalhador contribuía para a previdência municipal com 11%, enquanto a prefeitura pagava 22%. Em 2020, houve uma mudança na alíquota, apenas para os servidores, que passou a pagar 14%. A PBH continuou pagamento os mesmos 22%. Agora, em 2024, alegando novamente déficit no fundo previdenciário, a administração de Fuad Noman (PSD), continuidade do governo de Alexandre Kalil (PSD), quer impor outro aumento aos trabalhadores, de 14% para 17%, igualmente sem contrapartida da PBH. Para piorar, os recursos provenientes da alienação do antigo Clube Lagoa Acqua Park, que foi posto a venda pela PBH por valor bem abaixo de sua avaliação de mercado, em 2017, não foram destinados ao Fundo Financeiro (FUFIN), que gere parte dos recursos previdenciários de uma parcela dos servidores do município, mais especificamente os servidores que ingressaram na PBH até 2011. Inclusive a venda está suspensa pela justiça em função desse cálculo do valor. Além disso, tais recursos estão sendo transferidos para outras áreas, como o setor de moradia e habitação sem a devida transparência e consulta aos próprios servidores. Ou seja, além de não ter evitado a geração de dívidas, a prefeitura, agora, quer repassá-la aos servidores.

Os servidores estão mobilizados para fazer a cobrança à Prefeitura de Belo Horizonte dos valores referentes aos Imóveis da antiga Beprem e, também, para cobrar a diferença não paga do valor da alíquota, desde 2020 até os dias atuais, que foi de 22% para 28%, referente à cota parte da prefeitura.

As mudanças nas políticas dos sistemas de previdência são formas de atacar toda a classe trabalhadora, não somente os servidores públicos. Exemplo disso é que, recentemente, a Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), propôs desanexar as aposentadorias, pensões e benefícios do reajuste anual do salário mínimo, uma proposta do antigo Ministro da Economia do Governo Bolsonaro, Paulo Guedes, que deve ser combatida pelos trabalhadores. É preciso lutar pela revogação da Reforma da Previdência, aprovada no governo anterior, e contra todos os mecanismos de destruição dos fundos previdenciários dos servidores públicos, que representam calote e usurpação do patrimônio dos trabalhadores.

NEGOCIAÇÕES DA PAUTA DOS SERVIDORES FEDERAIS EM GREVE

No início da greve dos servidores das Instituições Federais de Ensino, as negociações entre o governo e as direções dos sindicatos e federações (ANDES/SN*, SINASEFE**, FASUBRA*** e PROIFES****) se davam em relação ao aumento salarial linear e subsídios à saúde, vale alimentação, auxílio creche, aumento do valor das steps e diminuição de tempo dos interstícios na carreira. Na pauta também estava a revogação total da Portaria MEC 983/2020, que prevê a possibilidade de adoção, pelos Institutos Federais de Ensino, do controle de frequência aos Professores integrantes da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Sob o argumento das especificidades de cada categoria, o governo realizou as negociações em separado e o movimento dividiu-se em mesas: o Ministério da Educação (MEC) ficou com as negociações sobre revogações de portarias e reestruturação de carreira e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), responsável pelas negociações salariais.

O tempo diferenciado em relação à adesão da greve propriamente dita, principalmente por parte do ANDES-SN, um dos últimos a aderir e com fraca participação das suas sessões sindicais no início do movimento, não solidificou o movimento. O que se vislumbrava ser uma greve geral da educação superior, que implicaria na construção de uma pauta unificada, mesmo se resguardando algumas especificidades entre as categorias, e um tempo equivalente na mobilização, não ocorreu.

O movimento não se mostrou forte o suficiente para disputar o orçamento com o atual Congresso Nacional direitista e nem conseguiu se opor à camisa de força do marco fiscal. Não foi possível tirar das cordas o governo de frente ampla de Lula, que se encontra com pouca margem de manobra para fazer o enfrentamento necessário com a burguesia nacional reacionária e seus lacaios no Congresso Nacional.

Poucos têm sido os avanços do movimento sindical para organizar as lutas em favor do restabelecimento das perdas impostas pelas “reformas” advindas dos governos neoliberais do golpista Michel Temer e do direitista Bolsonaro, que deixaram os servidores públicos, os trabalhadores em geral e a população em situação de penúria.

Ainda assim, o movimento grevista dos servidores federais tem permitido avanços que comprovam a importância da luta. No último dia 10, o Ministro da Educação, Camilo Santana, divulgou R$ 5,5 bilhões de incremento no orçamento da Educação Federal, que será dividido entre universidades, institutos federais, cefets e hospitais universitários federais até 2026. A medida é ponto da pauta de reivindicações das categorias federais em greve, devido aos sucessivos cortes orçamentários, intensificados a partir de 2016.

Para o dia 14 de junho, está prevista uma mesa de negociação, provavelmente a última, com os docentes. As negociações do período da greve foram retomadas após a divulgação da assinatura de um acordo feito entre o PROIFES e o governo, que não atendia a pauta das categorias mobilizadas. A seção sindical dos docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS), base do ANDES-SN, conseguiu, em ação judicial, tornar sem efeito a referida assinatura do acordo.

Em momentos de impasses nas negociações, a CUT tem um papel fundamental, por ser a maior central sindical do país, em desenvolver, junto com as outras centrais, uma pressão sobre o governo para que este conceda o que é de consenso entre os servidores: manter as mesas de negociações permanentes de estruturação das carreiras. O aprendizado dessa greve para os servidores federais é de que, para enfrentar os ataques dos setores privados contra o ensino público e gratuito, é preciso construir uma unidade na luta, em torno de uma pauta única e de um movimento grevista que envolva amplo debate com as bases.

* ANDES/SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
** SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
*** FASUBRA - Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
**** PROIFES - Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

CHARGE DO RENATIN